

## CAMPANHA SALARIAL 2023/2024

# SETOR DAS FEDERAIS DO ANDES VOLTA A SE REUNIR NO PRÓXIMO DOMINGO, DIA 27

A ADUFPB participou no último fim de semana, em Brasília, da reunião do Setor das Federais do Andes - Sindicato Nacional para tratar da Campanha Salarial 2023/2024. A entidade foi representada pelos professores Cristiano Bonneau (presidente), Fernando Cunha (secretário geral) e Edson Franco (tesoureiro), que se juntaram aos debates sobre a conjuntura política, o andamento da mesa de negociação, as pautas de reivindicação e o índice de recomposição salarial.

Uma nova reunião do Setor das Federais está marcada para o próximo domingo, dia 27, também em Brasília. E de segunda (28) a sexta-feira (31), docentes e demais categorias do serviço público participam, na Capital Federal, de uma série de atividades para pressionar o governo a incluir uma previsão de reajuste salarial na Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO), que precisa ser encaminhada ao Congresso até 31 de agosto.

Na quarta-feira, dia 30, haverá um novo Dia Nacional de Luta e Paralisações, convocado pelos fóruns que representam as diversas categorias de servidores públicos. Na reunião do último fim de semana, o Setor das Federais do Andes deliberou pela convocação de assembleias estaduais para consultar a base sobre a participação da categoria no movimento. Na ADUFPB, a assembleia será realizada nesta sexta-feira, 25.

Sobre a intensificação das atividades para pressionar o governo na próxima semana, às vésperas do encaminhamento da LDO, o professor Edson Franco, tesoureiro da ADUFPB, explica que a Lei de Diretrizes Orçamentárias estabelece os parâmetros para a Lei Orçamentária Anual (LOA), por isso é importante que ela preveja a obrigação do governo de recompor os salários dos servidores públicos. “Se aprovada a LDO com previsão de reajuste, é ‘prego batido, ponta virada’. Porque, quando a LOA for preparada, já sabemos que isso estará garantido e estaremos amparados”, afirma Edson Franco.

A proposta protocolada pelo Fórum das Entidades Nacionais dos Servidores Públicos Federais (Fonasefe) e pelo Fórum Nacional Permanente de Carreiras Típicas do Estado (Fonacate) é formada pela pauta remuneratória e a não remuneratória. A primeira indica um percentual de reajuste de 53% para os docentes federais, calculado com base nas perdas de 2010 até este ano. Já a segunda, reivindica o chamado “revogaço”: a revogação de uma série de medidas dos governos Temer e Bolsonaro que atacam o serviço público no país.

Na reunião do Andes do último fim de semana (dias 19 e 20), as associações sindicais presentes indicaram ao Sindicato Nacional que a pauta não remuneratória não deveria ser impedimento para a negociação da pauta remuneratória. “Ou seja, o Andes deve ficar na mesa de negociação até o final”, complementa o professor Edson Franco.

Uma novidade dos últimos dias que deve aumentar a pressão para que o governo acate a reivindicação dos servidores é a aprovação do Arcabouço Fiscal na terça-feira. Isso porque, na última reunião da Mesa de Negociação, no dia 10 de agosto, o governo não cumpriu com o compromisso de definir um índice para recomposição salarial e argumentou que, sem a aprovação do novo Arcabouço Fiscal, não existe margem orçamentária para isso.

### SETOR DAS FEDERAIS

A reunião do Setor das Federais realizada pelo Andes no último fim de semana começou no sábado, dia 19, com um histórico geral da instauração e funcionamento da Mesa Permanente de Negociação construída ainda no período de transição do governo e iniciando seus trabalhos oficiais em março de 2023.

“No segundo momento do encontro, foi realizada a apresentação da conjuntura pela Diretoria do Andes”, informou o professor Fernando Cunha. Segundo ele, o Sindicato Nacional chamou atenção para as crises na Argentina e no Equador e para o contexto nacional de endurecimento das negociações com o governo federal.

Ainda no sábado, no período da tarde, as 28 Sessões Sindicais presentes apresentaram informes, concentrando suas falas nas ações do período pós-Conad e posicionamento sobre a campanha salarial. Segundo Fernando Cunha, durante os debates, ficou clara a necessidade de documentos e materiais mais detalhados sobre o cálculo da recomposição salarial, que devem ser enviados às Sessões Sindicais.

“Após pedido da plenária, foi lido o ofício do Fonasefe e do Andes, de 18 de agosto, enviado à MNPN [Mesa Nacional Permanente de Negociação] onde, além de outros pontos, foram reivindicados uma resposta imediata do governo com contraproposta de índice de recomposição salarial até 24 de agosto e abertura imediata das mesas setoriais”, explicou Fernando Cunha.